



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS SOCIAIS E APLICADAS
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA-
PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE PATOS/PB**

JOSEFA OLIVEIRA DE MORAIS EVANGELISTA

**PATOS
2017**

JOSEFA OLIVEIRA DE MORAIS EVANGELISTA

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
DE PATOS/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Ms. Jorge Miguel Lima Oliveira.

**PATOS
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

E92a Evangelista, Josefa Oliveira de Moraes.
O atendimento educacional especializado na
Rede Municipal de Ensino de Patos/PB [manuscrito] : /
Josefa Oliveira de Moraes Evangelista. - 2017.
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Primeira Licenciatura em Pedagogia do Parfor) - Universidade
Estadual da Paraíba, EAD - Patos, 2017.

"Orientação : Prof. Me. Jorge Miguel Lima Oliveira,
Departamento de Educação - CH."

1. Escola. 2. Inclusão escolar. 3. Inclusão social. 4.
Educação Especial.

21. ed. CDD 371.9

JOSEFA OLIVEIRA DE MORAIS EVANGELISTA

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE PATOS/PB

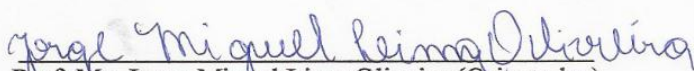
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia pelo Programa
Nacional de Formação de Professores da
Educação Básica-PARFOR.

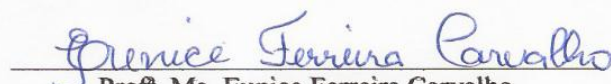
Área de concentração: Educação

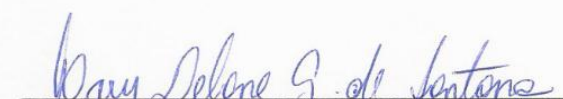
Orientador: Prof. Ms. Jorge Miguel Lima
Oliveira

Aprovada em 25/11/2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms. Jorge Miguel Lima Oliveira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.ª Ma. Eunice Ferreira Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.ª Ma. Mary Delane Gomes de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me permitiu que tudo isso acontecesse ao longo de minha vida e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos ele é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Aos meus familiares pelo incentivo e apoio incondicional.

Agradeço a todos os *professores* por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de *formação profissional*, pelo tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos *professores* dedicados aos quais, sem nominar, terão os meus eternos agradecimentos.

Ao meu orientador, Jorge Miguel Lima Oliveira, pelo empenho dedicado à elaboração deste *trabalho*.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PATOS/PB

Josefa Oliveira de Moraes Evangelista¹
Jorge Miguel Lima Oliveira²

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo descritivo, realizado em escolas da rede municipal de ensino da cidade de Patos / Paraíba. Tendo por objetivo principal investigar sobre a utilização do Atendimento Educacional Especializado – AEE, no processo de inclusão de alunos especiais no ensino regular nas escolas municipais da cidade de Patos-PB. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: a observação sistemática, por meio de um diário de campo para anotações das observações realizadas, como também uma entrevista semi estruturada contendo dez questões referentes ao tema, das quais abordaram questões sobre as ferramentas educacionais disponíveis para a educação especial, sobre as salas de recursos multifuncionais, sobre as dificuldades existentes para adequar os alunos com necessidades especiais na dinâmica escolar através das ferramentas educacionais disponíveis, etc. Os resultados apontam que na cidade de Patos-PB possuem escolas que realizam o AEE, bem como a utilização das salas de recursos multifuncionais e que esta ferramenta é de suma importância no processo de desenvolvimento da aprendizagem desses alunos, como forma de inclusão no ensino regular.

Palavras-chave: Sala de Recursos. Inclusão. Escola.

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	09
2 – Metodologia: O estágio como pesquisa.....	10
3 – Política Nacional de Educação Inclusiva.....	12
3.1: Salas de Recursos Multifuncionais.....	12
3.2: O Atendimento Educacional Especializado.....	14
3.3: O perfil do Professor de A.E.E.....	15
4 – Resultado e Discussões.....	17
5 – Considerações Finais	21
6 - Referências.....	23

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva parte do pressuposto que garante a inserção de todos os alunos no ensino regular. Ou seja, os alunos com necessidades especiais não podem ser segregados dos demais, mas, a escola deverá proporcionar a esse público um ambiente adequado as suas necessidades para que estes possam ter um desenvolvimento da aprendizagem de forma contínua (BRASIL, 2006).

A educação inclusiva busca responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, que estão excluídas do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar (BRASIL, 2006).

Sendo assim, o Atendimento educacional Especializado é caracterizado como um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC,2008).

A hipótese deste trabalho é que escolas da rede municipal de ensino da cidade de Patos-Paraíba possuem ferramentas pelas quais buscam a inserção do aluno com necessidades especiais no ensino regular, utilizando para isto, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, possuindo salas com recursos multifuncionais para o desenvolvimento da aprendizagem deste público atendido.

Esta investigação surge de uma experiência em estágio, com alunos especiais, a partir da necessidade de compreender as estratégias utilizadas nas escolas para inserir o aluno com alguma necessidade especial no ensino regular. Do ponto de vista acadêmico é de grande valia entender como se concretiza o Atendimento Educacional Especializado em escolas da rede municipal de ensino dessa cidade.

O tema do referente artigo é Atendimento Educacional Especializado no processo de inclusão em escolas da rede municipal da cidade de Patos-Paraíba. Apresentando por problemática saber se nas escolas da rede municipal de ensino dessa cidade utilizam o AEE como ferramenta para incluir os estudantes com necessidades especiais no ensino regular. Tem por objetivo geral investigar sobre a utilização do Atendimento Educacional Especializado – AEE, nas escolas municipais da cidade de Patos-PB. Pretendendo especificamente descrever os recursos multifuncionais existentes nas escolas municipais, bem como identificar as dificuldades encontradas pelos profissionais ao utilizarem essas ferramentas.

2 METODOLOGIA: O estágio como pesquisa

A necessidade da presente pesquisa surge a partir das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado nas séries iniciais do Ensino Fundamental que está relacionado as práticas da docência do curso de Licenciatura em Pedagogia do Programa de Formação de Professores - PARFOR com o intuito de oferecer ao aluno oportunidade de analisar e vivenciar na prática os desafios do cotidiano e as necessidades que os docentes enfrentam na realidade escolar.

O estágio foi realizado na E.M.E.F. Tobias Medeiros situada na rua Moacir Leitão no bairro do Juá Doce na cidade de Patos, no horário vespertino iniciando às 13:00h e tendo seu término 17:30h nos dias 04 de abril de 2017 ao dia 08 de abril de 2017.

O momento do estágio é único na vida do profissional, devemos buscar o conhecimento, mas sem a prática não há trabalho concluído. Temos que ter a oportunidade de estar, efetivamente, frente à sala de aula para ser na prática como será nosso cotidiano como educador.

Para Telma Weisz citada por (Schotten 2007, p. 55) "Quando analisamos a prática pedagógica de qualquer professor, vemos que por trás de suas ações, há sempre um conjunto de ideias que as orienta. Mesmo quando eles não têm consciência dessas ideias, dessas concepções, dessas teorias elas estão presentes." É no estágio que temos o contato com a realidade da escola, que o futuro professor pode elaborar um perfil que norteará sua prática.

Durante as atividades de estágio na escola aqui mencionada surge a inquietação de que como tem funcionado o serviço de apoio das Salas de Recursos Multifuncionais, para atender alunos com Deficiência Intelectual nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Patos/Paraíba? Para tanto, utilizaram-se algumas questões norteadoras: 1) Qual a concepção dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais sobre a inclusão? 2) Quais limites e possibilidades oferecem as Salas de Recursos Multifuncionais como serviço de apoio aos alunos?

Este estudo trata-se de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo do tipo descritivo, que segundo Campos (2008) “neste tipo de pesquisa o pesquisador se propõe a participar, compreender e interpretar as informações” (p.57). Neste sentido, buscou-se investigar sobre a utilização do Atendimento Educacional Especializado – AEE.

A pesquisa foi realizada nas escolas da rede municipal de ensino da cidade de Patos, no interior da Paraíba, das quais disponibilizam salas de AEE. Foram participantes dessa pesquisa dez professores de salas de AEE, das escolas da rede municipal de ensino.

Como instrumento de coleta de dados foram utilizados um diário de campo para anotar as informações das observações participantes, como também uma entrevista semi estruturada contendo dez questões as quais abordam sobre as ferramentas educacionais que a instituição escolar dispõe para a educação especial, sobre as dificuldades para adequar os alunos com necessidades especiais na dinâmica escolar através das ferramentas educacionais disponíveis, entre outras.

O primeiro passo para a realização da referente pesquisa foi a escolha do local, em seguida manteve-se contato com o Coordenador responsável, com uma carta de apresentação (Anexo A) solicitando a autorização para que fosse realizado tal pesquisa.

Para a realização da coleta de dados a Secretária de Educação do Município assinou a carta de autorização institucional. Após a autorização, as coletas de dados foram realizadas de acordo com a disponibilidade dos professores das escolas. Os participantes foram orientados em relação ao anonimato e o sigilo das suas respostas.

Vale destacar que a pesquisa respeitou os procedimentos éticos para atividades no qual envolve seres humanos, regulamentados pelas diretrizes da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), estabelecido em 12 de dezembro de 2012. Preservando o sigilo para com os entrevistados, identificando-os com letras e números.

A análise de dados foi feita a partir do material coletado por meio da observação participante como também do resultado das respostas da entrevista semi estruturada. A partir de uma leitura e releitura minuciosamente emergiu-se algumas temáticas que serão detalhadas posteriormente nos resultados e discussões.

3 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Ministério da Educação, por meio da criação de uma Política de Educação Inclusiva, visa à construção de políticas públicas na qual promovam uma educação qualificada para todos os alunos (SEESP/MEC, 2008). Sendo assim, destaca que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva tem como finalidade promover a acessibilidade, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (SEESP/MEC, 2008).

De acordo com Santos (2012, p. 11) o documento da Política Nacional de Educação Inclusiva destaca que:

As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; com transtornos globais de desenvolvimento são aquelas que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo; com altas habilidades/superdotação são aquelas que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas –intelectual, acadêmica, de liderança, de psicomotricidade e das artes.

Nesta perspectiva, a Política Nacional garante a participação de todas as pessoas pelas quais apresentam essas deficiências supracitadas no ensino regular. Sendo assim, assegura a participação na educação especial desde a educação infantil até o nível superior, atendimento educacional especializado, formação de professores para esse tipo de atendimento, capacitação de profissionais em prol da inclusão escolar, participação da família e da comunidade, bem como direito a acessibilidade (SEESP/MEC, 2008).

Além de frequentarem a sala de aula no ensino regular, os alunos com necessidades especiais são atendidos, em horários posteriores, em salas de recursos multifuncionais, com profissionais qualificados para a realização de tal procedimento.

3.1 Salas de Recursos Multifuncionais

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos os alunos com necessidades especiais têm direito a educação realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, no qual deve ser realizado de preferência em salas de recursos na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado (SEESP/MEC,2008).

Este direito também é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, estabelece, no § 3º do Artigo 54º, que é obrigação do Estado assegurar à criança e ao adolescente um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, de preferência na rede regular de ensino (BRASIL, 2002).

A sala de recursos multifuncionais é caracterizada como um espaço no qual se destina a realização do atendimento educacional especializado de alunos que apresentam, no decorrer de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, compreendida, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2006).

Sendo assim, considera-se que a sala de recursos multifuncionais é um espaço no qual se organiza com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e uma equipe de profissionais dos quais são formados para atenderem às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é de suma importância que o professor leve em consideração as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem (BRASIL, 2006).

De acordo com o manual de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, para a composição da sala o Programa de Implantação disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferece um atendimento educacional especializado – AEE, disponibilizando, assim, materiais para as salas tipo I e de tipo II, conforme especificações técnicas (MEC/SEESP, 2010).

Existe uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na sala de recursos multifuncionais, tais como: jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento, sendo que esses jogos são adaptáveis para as necessidades de cada aluno; livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras; recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia

de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, entre outros; mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulação da inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não descolamento das cadeiras entre outros (BRASIL, 2006).

Todos esses materiais citados anteriormente poderão ser de grande valia para a realização do atendimento Educacional Especializado, bem como para a adequação da necessidade educacional de cada aluno em particular, levando em consideração a subjetividade e a particularidade desse alunado.

3.2 O Atendimento Educacional Especializado

O AEE é caracterizado como um serviço da Educação Especial, o qual tem por função a complementação da formação do seu público atendido, ou seja, dos alunos com necessidades especiais, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acesso e estratégias que extingam as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (SEESP/MEC, 2008).

De acordo com a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, a qual institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade especial, em seu artigo 5º destaca que:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. Podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

Este atendimento é feito de forma individualizada e em horário posterior ao horário em que a criança estuda na sala de aula regular, para que dessa forma não haja a

exclusão do aluno, mas um aprimoramento de suas habilidades e um melhor desenvolvimento da aprendizagem. O AEE poderá ser realizado na própria escola

De acordo com Ropoli (2010) motivo primordial de o AEE ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas diariamente na escola e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, fazendo assim que haja uma aproximação desses alunos dos ambientes de formação comum a todos. Os pais desses alunos destacam que quando o AEE ocorre dessa forma, proporciona-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos em outros espaços.

Quando se realiza o AEE em outro estabelecimento, deve estabelecer um acordo com a família e caso haja necessidade providenciar o transporte do aluno. Assim, deverá ser articulado com os professores e especialistas de ambas as escolas, para garantir uma efetiva parceria no processo de desenvolvimento dos alunos (Ropoli, 2010).

Desse modo, para que haja um atendimento de forma adequada, existe para tanto um perfil que o professor de AEE deve se adequar, em busca de uma melhor qualidade nesse atendimento, em benefício de melhorar o desenvolvimento da aprendizagem do alunado.

3.3 O perfil do Professor de AEE

De acordo com o manual de Implantação das SRMF, conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, que: para atuar no atendimento educacional especializado, faz-se necessário que o professor tenha formação inicial, habilitado para exercício da docência e formação específica na educação especial.

O professor da sala de recursos multifuncionais deverá ser graduado, pós-graduado e ou ter formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. Para isso, na sua formação docente, deverá ter conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, entre outras (BRASIL, 2006).

Este atendimento deverá ser realizado de forma que complemente e suplemente escolarização, levando em consideração as aptidões e as necessidades de cada aluno em particular, sendo assim, consideram-se como atribuições do professor de AEE:

Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno; Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno; Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis; Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular; Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares; Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino; Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno; interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras. (MEC/SEESP, 2010).

Todas essas atribuições deverão levar em consideração as necessidades específicas e cada caso particularmente. Destaca-se que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá ter uma participação efetiva nas reuniões pedagógicas, no planejamento, nos conselhos de classe, em elaborar projeto pedagógico, além de desenvolver ação conjunta com todos os outros profissionais participantes da escola, como os professores das classes comuns e demais profissionais em busca de promover a inclusão escolar (BRASIL, 2006).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada nas escolas municipais da cidade de Patos, dentre elas 10 escolas dispõem de salas de recursos multifuncionais, para a realização do Atendimento Educacional Especializado. A partir de observação participante, foi efetivado uma entrevista semi estruturada com todas as professoras do AEE. A análise dos dados foi realizada e emergiram algumas temáticas que serão descritas para uma melhor compreensão tanto dos recursos multifuncionais existentes em tais escolas, quanto do perfil do professor do AEE e das dificuldades encontradas ao trabalharem nesse contexto.

A amostra foi composta por 10 professoras do AEE, da cidade supracitada, sendo todas do sexo feminino, com idades entre 30 a 58 anos. Todas com um nível de escolarização de ensino superior, ambas com especialização em alguma das áreas especificamente, como: Psicopedagogia Institucional e clínica; Novas tecnologias na educação; Supervisão e orientação educacional e algumas delas realizaram Pós Graduação em Atendimento Educacional Especializado. Ao serem questionadas sobre o tempo de serviço como professora de AEE, destacaram fazer de três a seis anos que prestam esse tipo de atendimento.

Como requisito fundamental para iniciarem seus atendimentos em salas de recursos multifuncionais, as professoras destacaram a participação de todas em um curso de formação continuada, com duração de aproximadamente um ano.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2009, p. 17), o professor, para trabalhar com o AEE, na Sala de Recursos Multifuncional, deverá ser graduado, pós-graduado e/ou possuir formação continuada habilitando-o a tal atendimento.

Outro fator que deve ser elencado é que as professoras destacaram que todos os meses são realizados reuniões pedagógicas e de planejamento, em busca de melhorar o atendimento ao alunado, havendo a participação de todas. Destaca-se que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar (MEC/SEESP, 2010).

Essas reuniões são com o objetivo de buscar de estratégias pedagógicas que beneficiem a acessibilidade do aluno com necessidades educacionais especiais a proposta do atendimento e a sua interação com os outros alunos. Como também buscam fazer com

que haja a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades realizadas na escola (BRASIL, 2009).

Ao ser investigado sobre o papel do professor de AEE, uma das professoras destaca que:

“O nosso papel, nosso compromisso é, sobretudo, com essas crianças com deficiência. Ao serem encaminhadas para o atendimento, inicialmente é realizado uma anamnese, com a família, em busca de dados que possam nos orientar e nos ajudar no atendimento com essas crianças, para que haja o desenvolvimento da aprendizagem das mesmas”.

Observa-se que o professor do AEE deverá ter um olhar sensível a necessidade de cada aluno em particular, além de que o professor deverá traçar um plano para cada aluno especificamente, para que haja um desenvolvimento enquanto pessoa e, assim, possa haver a aprendizagem e a inclusão do aluno com deficiência.

Em se tratando dos recursos multifuncionais existentes nas escolas, as professoras destacaram que as instituições escolares as quais trabalham dispõem de algumas ferramentas educacionais para a educação especial, dentre elas: espaço físico adequado, mobiliário, materiais didáticos, bem como, recursos pedagógicos.

A sala de recursos multifuncionais é um espaço para a realização do atendimento educacional especializado de alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, compreendida, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (MEC/SEESP, 2010).

Sabendo que as salas de recursos multifuncionais são compostas de equipamento Tipo I e Tipo II, as professoras destacaram que as salas nas quais elas atuam dispõem apenas de equipamentos Tipo I: microcomputadores, fone de ouvido e microfones, *scanner*, impressora *laser*, teclado e colmeia, *mouse* e acionador de pressão, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, lupas manuais e/ ou lupa eletrônica, mesas, cadeiras, armário e quadro melaminico.

Em relação à composição das SRMF, podem ter duas definições: do tipo I e do tipo II, na qual o tipo II contempla todos os recursos disponíveis na sala tipo I, mais os diferenciados para o atendimento específico de alunos com Deficiência Visual (SEESP/MEC.2010).

Ao serem questionadas se essas ferramentas educacionais disponíveis nas SRMF são suficientes para atender a demanda dos alunos com necessidades especiais, as professoras relatam que sim, porém, existe uma dificuldade a reposição de alguns materiais que são danificados pelo tempo de uso, como também pelas próprias crianças atendidas.

As salas de recursos são organizadas com equipamentos e materiais diferenciados, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais (SEESP/MEC.2010).

Nas SRMF são desenvolvidas algumas atividades, dentre elas, as professoras deram um grande destaque aos jogos pedagógico, pelos quais desenvolvem a criatividade das crianças atendidas. Como destaca uma das professoras:

“Através da confecção de materiais as crianças desenvolvem sua criatividade ao mesmo tempo em que está aprendendo, assim, trabalhamos de forma lúdica e elas aprendem ao mesmo tempo em que estão brincando”.

Por meio de jogos pedagógicos há uma valorização dos aspectos lúdicos, da criatividade e possibilitam o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. Os jogos e materiais pedagógicos podem ser confeccionados pelos professores da sala de recursos e devem obedecer a alguns critérios como: o tamanho, espessura, peso e cor, de acordo com a habilidade motora e sensorial do aluno. São de grande utilidade às sucatas, folhas coloridas, fotos e gravuras, velcro, ímãs, etc; (SEESP/MEC.2010).

As professoras entrevistadas destacaram a existência de algumas dificuldades ao trabalharem com este público, dentre elas a falta de materiais necessários para cada aluno em particular, a falta de apoio da maioria das famílias desses alunos e por fim, a necessidade da existência da sala tipo II.

Em se tratando da primeira dificuldade, as professoras enfatizam que algumas vezes faz necessária a adaptação dos recursos já existentes à necessidade de cada um individualmente, tendo que, muitas vezes usar da criatividade para adaptar brinquedos e materiais. Partindo desse pressuposto, existe ainda a dificuldade de acessibilidade por alunos cadeirantes a SRMF, pela falta de manutenção em rampas de acesso.

Outra dificuldade existente é relacionada à falta de apoio da maioria das famílias dos alunos que frequentam as SRMF, tendo em vista que é de suma importância a parceria entre família e escola, na formação e no desenvolvimento da aprendizagem das crianças atendidas no AEE. Desse modo, é necessário o apoio das famílias e a assiduidade da criança de modo a não prejudicar o aprendizado.

A família tem como responsabilidade a socialização imediata do sujeito, pois é em casa que há um estabelecimento dos primeiros contatos de interação com o outro e convívio social. “é na família que aprendemos a nos relacionar com os outros. Portanto, a construção dessa sociedade inclusiva começa nas famílias. Os pais e as próprias pessoas com deficiência são seus principais agentes.” (PAULA, 2007, p. 7).

E, por fim, outra dificuldade apresentada foi a inexistência dos equipamentos do Tipo II, os quais são destinados ao atendimento específico de alunos com deficiência visual. As professoras destacam que, algumas vezes, alunos com essa deficiência, parcial ou total, são encaminhados e ambas precisam produzir recursos pedagógicos para se adequar a essa necessidade.

A baixa visão é uma deficiência pela qual solicita a utilização de alguns recursos específicos, sendo de grande importância compreender as implicações pedagógicas dessa condição visual e utilizar de recursos de acesso adequados no sentido de melhorar a qualidade do ensino na escola (DOMINGUES, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem algumas dificuldades encontradas pelas professoras das salas de recursos multifuncionais, como por exemplo: a falta de materiais específicos para cada aluno em especial e na maioria dos casos falta de parceria família/escola, e falta de apoio familiar para com aprendizagem da criança atendida.

Diante dos resultados encontrados é perceptível a confirmação da hipótese de que as escolas da rede municipal de ensino da cidade de Patos-Paraíba disponibilizam ferramentas pelas quais buscam a inserção do aluno com necessidades especiais no ensino regular, utilizando para isto, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, possuindo salas com recursos multifuncionais para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças com alguma deficiência.

A pesquisa permitiu lançar um olhar para o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, bem como o tipo de atendimento educacional direcionado e efetivado a este público atendido.

Do ponto de vista acadêmico é de suma importância perceber como se concretiza o Atendimento Educacional Especializado em escolas da rede municipal de ensino dessa cidade. Este trabalho tem relevância social, pois busca esclarecer a comunidade como o aluno com necessidades especiais deverá ser incluído numa educação de qualidade sem segregação dos demais

ABSTRACT

The present study deals with a descriptive qualitative field research carried out in schools of the municipal education network of the city of Patos-Paraíba. The main purpose of this study was to investigate the use of Specialized Educational Assistance (SEA) in the process of inclusion of special students in regular education in municipal schools in the city of Patos-PB. Data collection instruments were used: systematic observation, through a field diary for annotations of the observations made, as well as a semi-structured interview containing ten questions related to the topic, which addressed questions about the educational tools available for the special education, multifunctional resource rooms, difficulties in adapting pupils with special needs in school dynamics through the available educational tools, etc. The results show that in the city of Patos-PB they have schools that carry out SEA, as well as the use of multifunctional resource rooms and that this tool is of paramount importance in the process of learning development of these students, as a form of inclusion in regular education.

Keywords: Resource Room. Inclusion. School.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Salas de recurso multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado***. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. ***Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva***. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. ***Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial***. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. ***Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais***. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

CAMPOS, L. F. de L. ***Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia***. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

DOMINGUES, C. A. ***A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira*** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

MANTOAN, M. T. E. ***O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva***. In: MEC. *Inclusão: Revista de Educação Especial*, v. 5, n. 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, jan/jul, 2010.

ROPOLI, E. A. ***A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva*** /Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 1.

SANTOS, K. S. *A Política Nacional de Educação Especial e a 'Perspectiva Inclusiva': Novos 'referenciais' cognitivos e normativos*. X ANPED Sul, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012.

PAULA, A. C, CARMEM, M.. *A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.